

Divinópolis/MG, 05 de dezembro de 2017



Professora Simone: paixão pela cultura negra e pelos negros

Todas as manhãs ela está no Centro Técnico Pedagógico (Cetepe) e, à tarde, corre para a Escola Estadual Patronato Bom Pastor. Nas duas escolas, ela ensina matemática, disciplina que até hoje ainda atemoriza boa parte dos estudantes. O aprendizado depende da boa vontade do aluno e, principalmente, da capacidade e paciência do professor. Simone Gonzaga, filha de Dona Aparecida e Walter Gonzaga, tem capacidade e paciência de sobra. Professora da rede municipal há 13 anos, não consegue se imaginar em outra profissão. “Eu sempre quis ser professora”, relata.

Apaixonada por geometria, cujo objeto é o estudo do espaço e das figuras que podem ocupá-lo, Simone diz que esse é quase o patinho feio da matemática. “Poucos são os professores que se dedicam à geometria”, conta Simone. Essa parte da matemática, a paciência e a determinação da escola, levaram a professora a se descobrir também uma artesã.

Em novembro, o Cetepe orientou seus professores que tratassem da questão do racismo já que é o mês dedicado à Consciência Negra. Apaixonada pela cultura negra e combatente de toda forma de racismo, Simone Gonzaga procurou tratar da questão de forma a estimular seus alunos a conhecer um pouco da história dos negros no Brasil, especialmente o sofrimento do período da escravidão, uma parte triste e dolorida da história brasileira.

TRIÂNGULO

Aconselhada por uma amiga, a também professora Thaisa, Simone Gonzaga decidiu que as bo-



necas Abayomi seriam perfeitas para contar parte da história dos negros no Brasil. Juntou retalhos de tecidos que já estavam guardados em sua casa e, na escola, ao lado dos alunos, a professora descobriu a habilidade da artesã. “Querida produzir as bonecas junto com meus alunos, para aumentar seus conhecimentos e sua auto-estima, já que temos turmas muito difíceis e essa era uma forma de falar da questão negra acompanhada de uma atividade coletiva”, relata.

A professora conta que a geometria teve influência na escolha das bonecas Abayomi para tratar da consciência negra com seus estudantes. As bonecas são confeccionadas de pano, sem qualquer tipo de costura, cola ou outro material. “O triângulo e o círculo são presenças constantes na confecção das bonecas e somente nós são utilizados para dar as formas”, revela Simone.

ABAYOMI

Profunda conhecedora da cultura negra, ela relata que a palavra “abayomi” tem origem ioruba, que é um dialeto da família linguística nígero-congolesa

falado secularmente pelos iorubas em diversos países ao sul do Saara. Simone conta que abayomi foi o nome dado a uma boneca negra, significando aquele que traz felicidade ou alegria e na tradução quer dizer encontro precioso. O nome é comum na África, principalmente na África do sul, embora também seja encontrado com frequência até o norte da África, e mais raramente, no Brasil.

Simone Gonzaga descreve as bonecas como um artesanato muito simples, a partir de sobras de pano reaproveitadas, feitas apenas com nós, sem o uso de cola ou costura. Segundo ela, a boneca abayomi foi criada para as crianças na época da escravidão. “As mulheres negras confeccionavam as bonecas com pedaços de suas saias, único pano encontrado nos navios negreiros que transportavam os escravos para seus futuros compradores. Como as viagens eram muito longas, as mães faziam as bonecas para acalmar e trazer alegria para seus filhos”, relata a professora.

Diante da provocação da escola, Simone descobriu seu lado artesão e junto as seus alunos do Cetepe, confeccionou os primeiros modelos e montou um painel chamando a atenção para a questão do racismo. O painel, que continua exposto no Cetepe, foi montado com a produção feita pela professora e pelos alunos, que a acompanharam durante o processo de confecção das mais de 30 bonecas.

Já no Patronato Bom Pastor, onde leciona no período da tarde, Simone decidiu repetir o artesanato dentro do Projeto “Educação pela Vida”. Ela conta que trata-se de um projeto da escola, que dá liberdade aos professores durante uma semana

para ministrar aulas que fogem do conteúdo programático, podendo abordar diversos tempos. Com seus alunos do Patronato, ela também confeccionou cerca de 30 peças e o resultado é um painel que chama a atenção pela singeleza, pelas cores e pelo grande significado que a boneca Abayomi tem na história negra. “Meu objetivo foi trabalhar o crescimento desses alunos como seres humanos. Acho que trabalhar o crescimento é uma educação pela vida”, afirma.

Simone diz que depois de se descobrir artesã pretende continuar confeccionando as bonecas Abayomi e se emociona quando fala do sofrimento dos negros no período da escravidão. Conta muitas histórias e fala de sua emoção durante as várias visitas que fez à Casa da Moeda em Ouro Preto, um dos símbolos da escravidão no Brasil. Entre essas histórias, que para ela tem um significado importante, é o que ele chama de tentativa dos ‘brancos de acabar e menosprezar a cultura negra. “Feitiço? Isso não existe. Quando os escravos fugiam dos engenhos, cansados e famintos, eles eram alimentados pelos negros que vivam nos Quilombos, que deixavam comida no meio das matas e, ao lado do alimento, sempre havia uma vela acesa, para que o fugitivo pudesse localizá-lo. E disso veio a história do feitiço, que nada mais é do que o branco acabando e menosprezando a história e a cultura dos negros. Nos dias atuais, o racismo é patente, existe em todos os segmentos e precisamos educar nossas crianças a crescerem sabendo que a cor não diferencia o homem”, finaliza.

| **Matéria Sintram** |

Centrais sindicais suspendem greve geral e realizam dia de luta contra a reforma da Previdência

Movimento Sindical faz mobilização em Divinópolis a partir de 16h30

As centrais sindicais suspenderam a greve nacional que estava sendo organizada para esta terça-feira (5) contra a nova proposta de reforma da Previdência. A suspensão da paralisação nacional ocorreu diante do cancelamento da votação da Reforma, que estava prevista para esta quarta-feira (6). A greve geral foi convocada por nove centrais, entre elas a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), à qual o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) é associado.

A presidente do Sintram, Luciana Santos, que é secretária geral da Nova Central de Minas Gerais, informou que a entidade manteve



a greve no Estado, embora no restante do país o movimento tenha sido cancelado. De acordo com o site da Nova Central, a paralisação será marcada por uma concentração na Praça da Estação, em Belo Horizonte.

Em nota, as centrais informaram que a “pressão do movimento sindical foi fundamental para o cancelamento da votação da Reforma da Previdência”, e que, por esse motivo, continuarão mobilizadas e em estado de alerta de greve. O adiamento da votação da reforma foi anunciado na semana passada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O deputado, envolvido na articulação para conseguir mais votos para a aprovação da reforma da Previdência, disse que a conta ainda não fechou, pois são necessários pelo menos 308 votos para que a proposta seja aprovada.

DIA NACIONAL

A suspensão da greve nacional no país não significa que a data vá passar em branco. As centrais sindicais convocaram para hoje (5) o Dia Nacional de Lutas que deverá acontecer em todas as capitais e várias cidades do interior do país. Em Divinópolis, o Sintram e outros sindicatos integrantes do Movimento Sindical Unificado, que esse ano

liderou grandes manifestações na cidade contra as reformas do governo, realizarão uma panfletagem a partir das 16h30 no quarteirão fechado da Rua São Paulo. A mobilização vai alertar, mais uma vez, à população de Divinópolis sobre a perda de direitos com o novo texto proposta pelo governo para a reforma do sistema previdenciário.

Esse ano, o Sintram participou ativamente de várias grandes manifestações contra as reformas do governo, entre elas a greve geral do dia 28 de abril, que reuniu cerca de cinco mil pessoas nas ruas de Divinópolis. Além disso, o Sindicato levou a discussão da reforma em audiências públicas e encontros que ocorreram em várias cidades de sua base. “Estamos cumprindo nossa função de lutar contra as punições que o governo Temer está impondo aos trabalhadores com as reformas. Precisamos do apoio de todos, pois o cidadão brasileiro ainda não se deu conta das grandes perdas que já estão sofrendo com a terceirização e a reforma trabalhista. A reforma da previdência será o tiro de misericórdia que o governo Temer pretende disparar contra o cidadão brasileiro. Por isso, convidamos a todos que participem da mobilização de hoje na Rua São Paulo”, reforçou a presidente do Sintram, Luciana Santos.

| **Matéria Sintram** |

Municípios em colapso e Temer oferece R\$ 3 bilhões em troca da reforma

Enquanto corta programas sociais e reduz o repasse federal para os municípios, o governo de Michel Temer diz que a reforma da Previdência vai gerar uma folga de R\$ 3 bilhões no orçamento já em 2018, que poderão ser destinados aos municípios. A proposta visa atrair o apoio dos prefeitos à reforma para que seja votada ainda em dezembro na Câmara.

A proposta, que visa atrair os deputados que precisam do apoio dos prefeitos em um ano eleitoral, foi discutida por Temer em reunião com integrantes da equipe econômica e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral) nesta segunda-feira (4).

“Estamos seguros da retomada do crescimento da economia e, com isso, da arrecadação, o que nos dará folga para ampliar os investimentos

públicos no país”, disse Moreira Franco.

Sem votos para aprovar a reforma, o governo queima os neurônios para encontrar um caminho para atrair os parlamentares a aprovar mudanças



no sistema previdenciário.

ROMBO NAS CONTAS COM EMENDA 95

No entanto, a promessa de R\$ 3 bilhões para os municípios não deve ser suficiente para convencer. O governo tem reduzido os repasses destinados para mais de 300 programas geridos pelas prefeituras. Com isso, as administrações municipais tem operado no vermelho e com dificuldade de fechar as contas.

Segundo dados, 51% dos municípios brasileiros estão com as contas no vermelho em relação ao pagamento da folha com gastos de pessoal e já acumulam dívidas de R\$ 515,4 milhões em restos a pagar. E a situação se agrava com a Emenda Constitucional 95, que estabelece teto congelando os gastos públicos por 20 anos.

Na semana passada, prefeitos em audiência no Senado, cobraram do governo a liberação de apoio financeiro, por medida provisória em regime de urgência, no valor de R\$ 4,2 bilhões, além da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 66/2015) que trata da atualização monetária dos recursos federais aos municípios.

“As pessoas moram nos municípios. É lá que elas precisam dos recursos públicos. Como podem os gestores municipais oferecem serviços e a maior parte dos recursos ficar com o governo federal? Além de tudo tem o subfinanciamento dos progra-

mas. Não há a devida contrapartida. O governo federal repassa em média 30% a 33% do valor do programa para que os municípios executem. Isso sobrecarrega as prefeituras”, disse o presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Neurilan Fraga.

O presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), Benes Leocádio, ressaltou que a situação dos pequenos municípios é ainda mais precária, já que dependem quase que exclusivamente dos repasses federais para se manterem:

“Grande parte dos municípios não tem base geradora de tributos próprios como têm os municípios de médio e grande porte. Os pequenos municípios estão em uma agonia tremenda”, afirmou.

“É uma situação caótica. Já vínhamos fazendo ajustes e cortes. Agora o pior corte de todos é desempregar pessoal. Tirar mães e pais de famílias, que ficam sem perspectiva de sobrevivência, porque não têm renda”, afirma José Patriota, presidente da Amupe (Associação Municipalista de Pernambuco)

“São 120 municípios em estado de calamidade pública. Vamos solicitar uma ajuda financeira emergencial, para que possamos sair desta situação”, acrescentou Patriota.

Do Portal Vermelho, com informações da Agência Câmara

Após reunião com líderes, Maia acredita ser possível votar reforma na próxima semana

“Não dá ainda para ser otimista. Mas acho que temos um caminho para chegar à votação”

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), declarou nesta segunda-feira, 4, que o governo contabiliza ter, entre os partidos da base aliada, cerca de 325 votos favoráveis à reforma da Previdência, que pode ser votada já na próxima semana.

Nas contas do presidente da Câmara, existem ainda outros 45 a 50 deputados que não integram nem a oposição nem a base aliada, e que podem ser trabalhados pelo governo até lá.

“O governo precisa trabalhar a base e esses (outros) partidos para que a gente possa chegar na votação com um número parecido com 330 e poder ir a Plenário”, disse Maia, que participou de um evento da Central Brasileiro do Setor de Serviços (Cebrasse), na zona sul da capital paulista. **FONTE: Folha de SP**

QUEREM ENFRAQUECER
A LUTA DOS
TRABALHADORES



NENHUM DIREITO A MENOS!
FILIE-SE! JUNTOS SOMOS FORTES!

SINTRAM
CENTRO OESTE/MG
Sind. Trab. Mún. Divinópolis e Região Centro-Oeste / MG

Ou o PIB sofre, ou sofre o trabalhador

A auditora aposentada Maria Lucia Fattorelli, fundadora da associação Auditoria Cidadã da Dívida, afirmou que o governo Temer “cria factoides para embutir na consciência da população que apenas com a Reforma Previdenciária o Brasil voltará a crescer”. O tema foi debatido durante o 24º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), em Brasília (DF).

“A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado. Ao apresentar os gastos previdenciários, o Governo Federal não considera a cesta toda. Ele pega somente a contribuição do INSS e compara com a despesa total, desprezando Confins, PIS, PASEP e outros recursos que fazem parte da Seguridade Social. A conta está errada e

o governo fabrica esse déficit propositalmente e de forma criminosa”, afirma Fattorelli.

Para a especialista, ao contrário do que afirma a equipe do Planalto, a dívida pública é a grande responsável pela atual crise econômica, além da sonegação fiscal e dos casos de desvio de verbas oriundos da corrupção. “De 1995 a 2015, tivemos um superávit primário de um trilhão de reais. Quer dizer, o problema da crise não está nos gastos sociais ou no investimento público, mas na prática de juro abusivo e de uma dívida, que hoje consome 44% do Orçamento Geral da União. Gastos com saúde, educação e Previdência, juntos, não ultrapassam os 30% desse montante. Essa conta mostra que estamos priorizando o mercado ou invés da população”, alerta Lucia. **FONTE: Portal O DIA**

Visão de bancos sobre reforma é ideológica e não estima impactos

As análises dos três principais bancos brasileiros acerca da “reforma” trabalhista (Lei 13.467) “constituem, sobretudo, uma tentativa aparentemente científica de legitimar determinadas visões políticas e ideológicas”, afirma o Dieese, em nota técnica.

Para o instituto, essas análises não contribuem para analisar de fato “os potenciais impactos socioeconômicos, até mesmo porque, nesse momento, qualquer projeção dessa natureza carece de fundamentos empíricos consistentes”. A nota aborda estudos divulgados por Bradesco, Itaú BBA e Santander.

Ainda assim, a tentativa dos bancos de fazer estimativas acaba, na visão do Dieese, resultando em “exercício de futurologia” apressado, além de “baseado em parâmetros internacionais excessivamente genéricos e passíveis de fortes questionamentos empíricos e teóricos”. O instituto afirma que as empresas fazem “correlações questionáveis” entre fatores como regulação das relações de trabalho no Brasil e características estruturais, como a informalidade.

“Todos os estudos não consideram a generalização de empregos de boa qualidade como fator positivo para fortalecer uma economia capitalista”, diz o Dieese. “Ou seja, incorrem na mesma compreensão limitada sobre os elementos que interferem na dinâmica do mercado de trabalho”.

O do Santander, por exemplo, divulgado em junho, ainda antes da aprovação do projeto que originou a lei, fala em “rigidez” legal, insegurança jurídica que seria causada pela legislação então

em vigor, que também seria “onerosa” para as empresa. Aponta relação entre desemprego e essa “rigidez”.

“Os argumentos desenvolvidos no estudo a respeito da relação entre a rigidez da regulação trabalhista e certas características do mercado de trabalho são bastante problemáticos do ponto de vista conceitual”, avalia o Dieese. “O texto trata informalidade, precarização e emprego vulnerável como conceitos e fenômenos equivalentes entre si, desconhecendo uma longa e complexa discussão teórica no âmbito dos estudos sobre mercado de trabalho em nível mundial”, acrescenta o instituto.

Além disso, o Dieese lembra que a análise do Santander ignora constatação das Nações Unidas de que o trabalho vulnerável aparece mais frequentemente em países pobres. “Ou seja, a correlação mais plausível é entre vulnerabilidade no mercado de trabalho e pobreza e não entre vulnerabilidade e rigidez regulatória”, pondera.

A Lei 13.467 entrou em vigor em 11 de novembro. Pouco depois, o governo editou a Medida Provisória (MP) 808, para “consertar” parte da legislação recém criada. A MP ganhou o número recorde de 967 emendas.

Fonte: Portal Vermelho

Projeto que determina demissão de servidores por mau desempenho é criticado em audiência pública

O serviço público passa por um processo de desmonte pelo atual governo, acusaram os representantes sindicais ouvidos em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira (4) sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/17 - Complementar, que determina a demissão de funcionários públicos por mau desempenho. Na Agência Senado

Eles se manifestaram contra a proposta, que permite a demissão de servidores públicos estáveis, concursados, por “insuficiência de desempenho”. O texto, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), teve relatório do senador Lasier Martins (PSD-RS) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e estabelece que os servidores municipais, estaduais e federais dos três Poderes serão avaliados uma vez por ano com base em critérios como qualidade do serviço, atendimento ao cidadão, produtividade e responsabilidade.

Poderá ser exonerado quem receber notas inferiores a 30% da pontuação máxima por duas avaliações consecutivas ou tiver desempenho inferior a 50% em três das últimas cinco avaliações. O PLS 116/17 - Complementar agora está com o relator, senador Airton Sandoval (PMDB-SP) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que fará nova audiência pública sobre a proposta.

Antônio Pereira Barbosa, da Federação de Fiscais de Tributos Estaduais, disse que o projeto tem “segundas intenções”.

“Esse projeto não é necessariamente para punir servidor que esteja, por acaso, tendo desídia no seu trabalho. Ele está inoculando a iniciativa privada dentro do Estado, mais ainda do que nós já estamos assistindo”, afirmou.

O engenheiro Daro Piffer, do Sindicato dos Funcionários do Banco Central, atacou o desmonte do Estado no Brasil. Ele questionou a falta de critérios uniformes no projeto de lei.

“Qual é a métrica da qualidade e da produtividade, se não for o próprio órgão que tem que definir a qualidade que ele necessita, qual o produto que ele quer entregar à sociedade?”, questionou.



Francelino das Chagas Junior, da Federação do Fisco Estadual e Distrital, disse ser necessária uma nova lei, uma vez que a legislação atual já define várias situações que podem levar à demissão do servidor público concursado. E citou alguns exemplos.

“Utilizar o cargo [em proveito próprio], atuar como cobrador junto a repartições, receber propina”, listou.

ATAQUE AOS SERVIDORES

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a proposta fragiliza ainda mais a situação do servidor.

“Além de congelarem os seus salários, querem quebrar a estabilidade e a Previdência. Hoje a propaganda do governo bate no servidor público 24 horas por dia”, declarou.

Fonte: Diap